

Seleção Pública para Estágio do Curso de Direito PEUD / MPPE - 2013

Dia: 23 de setembro de 2012.

CADERNO DE PROVAS

Direito e Redação em Língua Portuguesa

Leia com atenção:

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 (cinquenta) questões e se contém o Título da Redação.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, só marque uma resposta para cada questão.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira também na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a folha de Respostas utilize caneta esferográfica de cor **azul** ou **preta**. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese ela será substituída por erro do candidato.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. A prova de REDAÇÃO deve ser respondida inicialmente no rascunho e, em seguida, transcrita para a FOLHA DE REDAÇÃO. **Não deixe nenhuma marca na FOLHA DE REDAÇÃO que possa identificá-lo.**
10. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

Boa Sorte!

A Comissão.

NOME: _____ SALA: _____

INSCRIÇÃO: _____ IDENTIDADE: _____ ORGÃO/UF: _____

ASSINATURA: _____

REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA/TÍTULO DA REDAÇÃO:

“O Ministério Público e a manutenção do meio ambiente equilibrado”

1

10

20

30

Normas: O texto deverá:

- Ser em prosa;
- Obedecer às normas gramaticais vigentes;
- Não fugir ao tema;
- Ter progressão temática;
- Ser coerente e coeso;
- Ter entre 25 e 30 linhas.

PROVA : DIREITO

Direito Constitucional

1. Os direitos e garantias fundamentais encontram desenvolvimento junto à história da humanidade. No que diz respeito à temática, qual a opção correta:
 - a) A doutrina é pacífica, ao atribuir aos direitos fundamentais, a característica da historicidade.
 - b) Dada à relatividade dos direitos fundamentais, aplica-se a estes o princípio da convivência entre as liberdades.
 - c) Os direitos fundamentais não podem ser cumulados.
 - d) As liberdades públicas são diretamente direcionadas aos cidadãos.
 - e) Os direitos e garantias fundamentais não incidem sobre as pessoas jurídicas.
2. Os direitos relacionados ao trabalho, à assistência social, à subsistência digna e ao amparo à doença, à criança e ao idoso são direitos fundamentais:
 - a) De segunda geração.
 - b) De terceira geração.
 - c) De quarta geração.
 - d) De quinta geração.
 - e) De primeira geração.
3. Frutos do Estado social de Direito, os direitos sociais buscam a proteção dos hipossuficientes. Sobre o tema, apresenta-se acertada a alternativa:
 - a) Os direitos sociais estão previstos no Título II da Constituição, e não foram consagrados como fundamento da República Federativa do Brasil.
 - b) O fundo de garantia por tempo de serviço é direito apenas assegurado aos trabalhadores urbanos.
 - c) Em virtude da evolução tecnológica, a doutrina entende ser necessária a inclusão da proteção em face de automação entre o rol dos direitos sociais, devido ao fato de não constar expressamente no texto constitucional.
 - d) Ao sindicato, cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, ressalvadas as causas de natureza administrativa.
 - e) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
4. Para a consecução dos fins do Estado, a Administração Pública passa a se especializar com a criação de órgãos e entidades. No que pertine à Administração Pública, afigura-se correta a alternativa:
 - a) O conteúdo do princípio da reserva legal tem extensão maior que o princípio da legalidade.
 - b) A moralidade administrativa corresponde à mesma ideia da moralidade comum.
 - c) O princípio da igualdade e a forma republicana podem ser indicados como fundamento do princípio da impessoalidade.
 - d) O princípio da publicidade incide apenas em relação aos atos concluídos e, não, em relação aos atos em formação.

- e) A prática conhecida como desburocratização não é consentânea com o princípio da eficiência.
5. A disciplina do concurso público também pode ser encontrada na Constituição da República. Analise as alternativas abaixo e indique a correta:
- a) Apenas a investidura em emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do emprego.
 - b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, não sendo possível a prorrogação.
 - c) Apenas a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo.
 - d) A investidura em cargo e a nomeação para o cargo em comissão dependem de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo.
 - e) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.
6. Em referência à licitação, a constituição traz disciplina específica. Dentre as alternativas abaixo, identifique a correta:
- a) O procedimento licitatório deve ser exigido em toda obra, serviços, compras e alienações, sem exceções, por respeito ao princípio da igualdade.
 - b) A licitação só é exigível para compras e serviços.
 - c) Para assegurar o tratamento isonômico, o procedimento licitatório jamais deverá fazer exigências de qualificação técnica e econômica.
 - d) As obras, serviços, compras e alienações serão, em regra, contratadas mediante processo de licitação pública, podendo haver exigência de qualificação técnica e econômica, desde que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
 - e) As obras, serviços, compras e alienações serão, sem ressalvas, contratados mediante processo de licitação pública, podendo haver exigência de qualificação técnica e econômica, desde que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
7. Acerca das regras constitucionais sobre a responsabilidade objetiva do Estado e os atos de improbidade, é correto afirmar:
- a) A natureza política da função e a vitaliciedade de que gozam os representantes do Ministério Público não permitem que os mesmos sejam considerados sujeitos ativos dos atos de improbidade, uma vez que podem implicar a perda da função pública.
 - b) A responsabilidade objetiva não pode servir para embasar a responsabilidade dos agentes públicos.
 - c) A responsabilidade objetiva do Estado, segundo as normas constitu-

cionais, só pode ser aplicada às pessoas jurídicas de direito público.

- d) Dispõe a Constituição da República que os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário. Todas essas com natureza de sanção, aplicada aos autores dos atos de improbidade.
- e) É entendimento pacífico na doutrina que a teoria do risco, que embasa a responsabilidade objetiva do Estado, não foi adotada pela constituição pátria em sua configuração mais rigorosa – a teoria do risco integral.

Direito Penal

8. No título “Dos crimes contra a pessoa”, o termo **pessoa** encontra acepção ampla, de modo a compreender todo e qualquer sujeito de direito, sendo possível à pessoa jurídica figurar na sujeição passiva de alguns crimes previstos nesse título. Sobre esses crimes indique a opção correta:

- a) A figura conhecida como homicídio privilegiado (artigo 121, § 1º do Código Penal) é, na verdade, um caso de diminuição da pena a incidir na 2ª fase do procedimento de dosimetria.
- b) Não existe forma agravada para o homicídio culposo.
- c) O crime de induzimento, instigação e auxílio ao suicídio admite a tentativa.

d) No crime de aborto, podemos encontrar um caso de exceção pluralista à teoria monista.

e) Na provocação do aborto com o consentimento da gestante, mesmo que esta seja menor que 14 anos, tem a cominação de uma pena que, abstratamente, é menor do que a prevista para a provocação do aborto sem o consentimento da gestante.

9. Considerando o bem juridicamente tutelado, o legislador reconheceu a importância da vida, tipificando a conduta de homicídio como o primeiro crime da parte especial do nosso código penal. Sobre este, é correto afirmar:

- a) Quem mata uma criança durante o parto, pratica o crime de aborto.
- b) O crime de homicídio, quando praticado omissivamente, é um crime próprio e omissivo impróprio.
- c) Considerando a teoria da ficção jurídica, a pessoa jurídica pode ser sujeito ativo do crime de homicídio.
- d) No crime de homicídio, a vítima se confunde com o prejudicado ou lesado pelo crime.
- e) Aristófanos, agindo com *animus necandi*, feriu Sóstenes na altura da cintura com uma faca. Sóstenes foi socorrido, mas a ambulância que o conduzia sofreu grave acidente o que lhe causou a morte em virtude de um traumatismo crânio-encefálico. Nesse caso, Aristófanos responderá por homicídio consumado, pois se não tivesse ferido Sóstenes, este não estaria na ambulância no momento do acidente.

10. Parmênides, pensando ter alcançado o seu intento de matar Heráclito com um tiro de arma de fogo, arremessa-o no rio Capibaribe após o disparo. Posteriormente, o corpo é encontrado por transeuntes. Realizada a perícia, constata-se que Heráclito morreu por afogamento. Considerando a identificação do autor, indique a resposta correta:
- a) O dolo só alcança a sua conduta anterior quando não houver conseguido êxito na morte, respondendo Parmênides por homicídio tentado.
 - b) Como o ferimento não foi a causa próxima do óbito, Parmênides responderá por lesão corporal.
 - c) A conduta capaz de gerar a morte (arremessar o corpo no rio) foi culposa, respondendo Parmênides por homicídio culposamente consumado.
 - d) Parmênides responderá, unicamente, pelo disparo de arma de fogo.
 - e) Trata-se de exemplo do dolo generalis, devendo Parmênides responder pelo crime de homicídio consumado.
11. A respeito do crime de lesão corporal, é correto afirmar:
- a) O crime de lesão corporal não admite formas qualificadas.
 - b) Se a ofensa à integridade corporal de outrem provocar antecipação de parto ou aborto, a pena abstratamente cominada pelo Código Penal será a mesma em ambos os casos.
 - c) O crime de lesão corporal não permite a substituição da pena privativa de liberdade por pena de multa.
 - d) Ao autor de lesão corporal culposa, pode ser concedido o perdão judicial.
 - e) O Código Penal não prevê aumento de pena para o autor condenado pelo crime de lesão corporal praticado contra pessoa portadora de deficiência.
12. Confúcio reside com sua família em um condomínio de casas, onde é um dos condôminos. No domingo passado, Confúcio, por volta da 01 (uma) hora da manhã, subtraiu para si uma TV de LED, adquirida pelo condomínio e que fora colocada no salão de jogos, área comum do condomínio. Para tanto, utilizou-se de um grampo de cabelo para abrir a porta do salão. Nesse caso, Confúcio responderá:
- a) Por furto simples, aumentada a pena em 1/3 (um terço) por ter sido o crime praticado durante o repouso noturno.
 - b) Por furto de coisa comum.
 - c) Por furto qualificado, por ter sido o furto cometido com o uso de chave falsa.
 - d) Por furto de coisa comum, qualificado pelo emprego de chave falsa.
 - e) Por furto qualificado, pelo emprego de chave falsa, com pena aumentada em 1/3 (um terço) por ter sido o crime praticado durante o repouso.
13. Acerca do roubo, é correto afirmar:
- a) Para caracterizar o roubo, o emprego da simples ameaça é suficiente.
 - b) O concurso de duas ou mais pessoas no crime torna o roubo qualificado.

- c) A violência imprópria é admitida tanto na figura do roubo próprio, quanto na do roubo impróprio.
- d) O roubo praticado durante o repouso noturno não é qualificado.
- e) Se a vítima estiver transportando valores, o autor do roubo terá sua pena majorada em 1/3 (um terço).

14. Visando oferecer melhor proteção ao pudor e à honra sexual, a lei 12.015/2009 provocou algumas alterações nos dispositivos que versavam sobre os ora denominados “crimes contra os costumes”, passando a chamá-los de crimes contra a dignidade sexual. Acerca do tema, analise as assertivas abaixo e aponte a correta:

- a) A referida lei provocou a descriminalização da conduta relativa ao atentado violento ao pudor.
- b) O crime de assédio sexual consiste em ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a manifestação de vontade da vítima.
- c) O crime de estupro praticado contra menor de 18 (dezoito) anos procede-se mediante ação penal pública incondicionada.
- d) O estupro de vulnerável só ocorre quando a vítima é alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato sexual, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.
- e) A lei 12.015/2003 descriminalizou o crime de ato obsceno.

15. Aponte a opção correta acerca dos crimes de falsidade:

- a) O crime de falsificação de papéis públicos (art. 293 do Código Penal) não admite a forma tentada, pois a tentativa seria punida como crime de petrechos de falsificação, o qual consiste em fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de quaisquer dos papéis representados no crime do artigo 293 do Código Penal.
- b) Para fins de caracterização do crime de falsificação de documento público, o testamento particular é equiparado ao documento público.
- c) Na falsidade ideológica, o agente que confecciona o documento não tem atribuição para elaborá-lo.
- d) Para a caracterização do crime de falsidade ideológica, não é necessário que o agente vise prejudicar direito ou criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
- e) No crime de falsidade de atestado médico, o fim de obtenção de lucro é indiferente para a punição do autor.

Direito Processual Penal

16. O inquérito policial, dentro da sistemática processual, é tomado como um instrumento idôneo à apuração de infrações penais e de sua autoria. Acerca do tema, é correto afirmar:

- a) Em se tratando de crimes de ação penal privada, o inquérito policial se iniciará de ofício, porém, a remessa dos autos ao juízo competente dependerá de requerimento intentado por quem for legitimado para tanto.

- b) O inquérito deverá terminar no prazo de 15 (quinze) dias se o indiciado estiver preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo nessa hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
- c) O inquérito policial jamais deverá acompanhar a denúncia ou a queixa.
- d) Não é possível, em sede de inquérito policial, o requerimento de qualquer diligência por parte do ofendido ou de seu representante legal.
- e) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
17. No que diz respeito à disciplina do Ministério Público e seu assistente no Código de Processo Penal, indique a opção correta:
- a) Ao Ministério Público, cabe promover a persecução criminal, privativamente, nas hipóteses de ação penal privada.
- b) Os órgãos do Ministério Público poderão funcionar nos processos em que o juiz for seu parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive.
- c) Em todos os termos da ação penal pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal.
- d) O corréu, no mesmo processo, poderá intervir como assistente do Ministério Público.
- e) Ao assistente de acusação, é vedado propor meios de prova.
18. Antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, é possível ocorrerem situações que impliquem a restrição da liberdade de locomoção daqueles sobre os quais pesam acusações. No que se refere à disciplina da prisão e da liberdade provisória, temos como correto que:
- a) A prisão não poderá efetuar-se senão em virtude de pronúncia e mediante ordem escrita da autoridade competente.
- b) A prisão, em virtude de mandado, entender-se-á feita desde que o executor, fazendo-se conhecer do réu, apresente-lhe o mandado e o intime a acompanhá-lo.
- c) A prisão preventiva só é cabível nos crimes apenados com reclusão.
- d) Não se considera em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.
- e) A prisão preventiva poderá ser decretada pelo juiz apenas durante a fase de instrução criminal.
19. Analisando a disciplina das provas insculpidas no Código de Processo Penal, é correta a alternativa:
- a) O juiz fundamentará sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- b) O juiz pode ordenar, de ofício, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas.
- c) Nos casos em que a infração deixar vestígios, a confissão do acu-

sado pode suprir a ausência de exame de corpo delito.

- d) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, podendo esse prazo ser prorrogado em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
- e) O silêncio do acusado não poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

20. Seguem o procedimento comum ordinário:

- a) Os crimes aos quais se comina pena de reclusão.
- b) Os crimes, cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- c) Os crimes aos quais se comina pena de detenção.
- d) Os crimes, cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 2 (dois) anos de pena privativa de liberdade.
- e) Os crimes de ação penal pública incondicionada.

21. Aponte a opção correta.

- a) No procedimento sumário, oferecida a denúncia, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 5 dias.
- b) No procedimento ordinário, oferecida a denúncia, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 dias.
- c) No procedimento ordinário, oferecida a denúncia, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e

ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 5 dias.

- d) No procedimento sumário, oferecida a denúncia, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias.
- e) No procedimento sumário, oferecida a denúncia, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 dias.

22. No que concerne ao procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri. Indique a opção correta:

- a) Havendo prova nova é possível a formulação de nova pronúncia ou queixa, mesmo que tenha ocorrido a extinção da punibilidade.
- b) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária, caberá o recurso em sentido estrito.
- c) O juiz não poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação quando o acusado ficar sujeito à pena mais grave.
- d) O excesso de serviço, mesmo que comprovado, não é motivação idônea para o desaforamento.
- e) Para a inquirição das testemunhas arroladas pela defesa, o defensor do acusado formulará as perguntas antes do Ministério Público e do assistente.

Direito Civil

23. A lei de introdução às normas do Direito brasileiro versa sobre tema prelimi-

nar e extremamente relevante à aplicação dos textos de lei e a sua complementação. Assim, no caso de omissão legislativa, o juiz decidirá de acordo com:

- a) Os princípios gerais do direito, a jurisprudência e a equidade.
- b) Os costumes, a analogia e os princípios gerais do direito.
- c) A analogia, a jurisprudência e a equidade.
- d) Os princípios gerais do direito, a doutrina e a equidade.
- e) A doutrina, a equidade e a analogia.

24. Considerando as disposições da lei de introdução às normas do Direito brasileiro, a sucessão, por morte, dos bens de estrangeiros, situados no país, obedece:

- a) À lei do país em que era domiciliado o estrangeiro, independentemente de qualquer condição.
- b) À lei nacional, independente de qualquer condição.
- c) À lei mais favorável em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, seja ela a lei nacional ou a lei pessoal do *de cuius*.
- d) À lei do domicílio do herdeiro quando ele também for estrangeiro.
- e) Às normas indicadas pelos costumes internacionais.

25. Será executada, no Brasil, a sentença proferida no estrangeiro que reúna, dentre outros, os seguintes requisitos:

- a) Haver sido proferida por juízo competente; terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente operado a revelia; ter sido homolo-

gada pelo Supremo Tribunal Federal.

- b) Estar traduzida por intérprete autorizado; observar a disciplina da lei brasileira no que é pertinente ao contraditório e à ampla defesa; ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) Terem sido as partes reinquiridas perante um juízo brasileiro; terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente operado à revelia; ter passado em julgado.
- d) Ter passado em julgado; terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente operado a revelia; ter sido homologada pelo Supremo Tribunal.
- e) Ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado; ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

26. O Código Civil pátrio inicia o Livro IV enunciando que “O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”. Sobre o tema, aponte a opção correta:

- a) O registro do casamento religioso submete-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil.
- b) A habilitação para o casamento e o registro não serão isentos de selos, emolumentos e custas, mas a primeira certidão poderá ser isenta para as pessoas cuja pobreza for declarada.
- c) O casamento se realiza em um único ato, representado pela mani-

festação da anuência dos nubentes à união.

- d) Para o casamento de menores de dezoito anos, porém maiores de dezesseis, exige-se a autorização de seus representantes legais, sendo possível a revogação desta a qualquer tempo.
- e) Não é admissível pela lei, o casamento entre os colaterais até o quarto grau.

27. Acerca da disciplina do casamento, é correto afirmar que:

- a) Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge a ignorância, anterior ao casamento, de doença mental grave que, por sua natureza, torne insuportável a vida em comum ao cônjuge enganado.
- b) Extingue-se em 180 (cento e oitenta) dias o direito de anular o casamento dos menores de 16 (dezesseis) anos, contado o prazo para o menor, do dia da celebração do casamento.
- c) A separação judicial é uma das formas de dissolução da sociedade conjugal.
- d) O divórcio só pode ser concedido se houver prévia partilha de bens.
- e) A celebração do casamento exige a presença física dos contraentes, não sendo possível que se realize por meio de instrumento de procuração.

28. Sobre o regime de sucessão do cônjuge sobrevivente, indique quais das alternativas abaixo apresenta conformidade com as normas trazidas pelo Código Civil brasileiro:

- a) O cônjuge sobrevivente só será sucessor se não houver colaterais.

b) O cônjuge sobrevivente pode concorrer com os ascendentes do *de cuius*.

c) Ao cônjuge sobrevivente que estava separado judicialmente ao tempo da morte do outro, não se reconhece o direito sucessório, independentemente de qualquer condição.

d) Na hipótese de casamento, celebrado em regime de separação de bens, o cônjuge sobrevivente não terá direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família.

e) O cônjuge sobrevivente jamais concorre com os ascendentes do *de cuius*.

29. Seguem algumas alternativas relacionadas com o registro das pessoas naturais. Analise-as e aponte a correta.

a) Os reconhecidamente pobres estão isentos do pagamento de emolumentos pela expedição de certidões extraídas pelo cartório de registro civil, sendo o estado de pobreza, para esse fim, comprovado por declaração de rendimentos ou de isenção de imposto de renda.

b) O registro de nascimento só pode ser feito pelos pais.

c) Pode o órgão do Ministério Público impugnar o pedido de habilitação para o casamento.

d) Se o oficial de registro recusar fazer qualquer registro, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual decidirá de plano, sem a oitiva do acusado.

e) Todo o nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado

registro, sempre no lugar da residência dos pais.

Direito Processual Civil

30. Fredie Didier Jr, ao tratar da jurisdição, apresenta, a esse respeito, um conceito composto de alguns elementos que entende serem os mais consentâneos com o modelo de Estado contemporâneo. Dentre estes, destaca-se a função criativa do magistrado, pois, diz ele, “cria-se a norma jurídica no caso concreto, bem como se cria, muitas vezes, a própria regra abstrata que deve regular o caso concreto”. (DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento, V. 1, Salvador: Jus Podivm, 2010, 86). Sobre a jurisdição, aponte a resposta correta.

- a) Considerando a atual conformação da arbitragem, enquanto técnica de solução de conflitos, a doutrina pacificou o entendimento de que esta se trata de forma de exercício da jurisdição.
- b) A jurisdição só pode ser exercida por quem tenha sido investido na autoridade de magistrado. Esta é a expressão do princípio do juiz natural.
- c) O princípio da territorialidade admite mitigação.
- d) O exercício da função jurisdicional é sempre indelegável.
- e) A jurisdição contenciosa também é denominada de jurisdição integrativa.

31. Sobre as condições da ação é correto afirmar.

- a) Segundo a teoria da asserção, a aferição das condições da ação seriam realizadas segundo as afirmações do autor da demanda, e contidas na petição inicial.
- b) A possibilidade jurídica do pedido é dada pela simples previsão, *in abstracto*, no ordenamento, da pretensão formulada pela parte.
- c) Existe legitimação ordinária quando alguém defende, em nome próprio, interesse alheio.
- d) Segundo a teoria da asserção, é necessária a produção de provas para a análise das condições da ação.
- e) A substituição processual só é admitida no polo ativo da demanda.

32. De acordo com a disciplina do Código de Processo Civil pátrio, indique a alternativa correta:

- a) O juiz dará curador especial ao incapaz que tenha representante legal cujos interesses colidem com o do incapaz.
- b) Os condomínios serão unicamente representados em juízo pelos respectivos síndicos.
- c) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.
- d) A parte só poderá postular em causa própria se tiver habilitação legal.
- e) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a titular particular, por ato entre vivos, alterna a legitimidade das partes.

33. No que diz respeito à intervenção de terceiros, está correto afirmar:

- a) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre

que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, denunciar da lide o proprietário.

- b) O chamamento ao processo é obrigatório ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito de que da evicção lhe resulta.
- c) É admissível a denunciação da lide do devedor, na ação em que o fiador for réu.
- d) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandado em nome próprio, deverá nomear à autoria, o proprietário ou possuidor.
- e) É admissível o chamamento ao processo do alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que essa possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.

34. Acerca da disciplina legal sobre o Ministério Público, julgue os itens a seguir, indicando a alternativa correta segundo as regras do Código de Processo civil.

- a) Compete, ao Ministério Público, intervir nas causas concernentes ao estado da pessoa.
- b) Ao Ministério Público só compete intervir nas causas concernentes ao pátrio poder, tutela, curatela e interdição.
- c) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- d) Ao Ministério Público, só compete intervir nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casa-

mento, declaração de ausência e disposições de última vontade.

- e) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, o juiz promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo.

35. Considere as assertivas a seguir, indicando a opção correta:

- a) A disciplina da prática e da comunicação oficial dos atos processuais por meio eletrônico será dada por lei, não sendo vedada aos tribunais disciplinares a matéria no âmbito de sua respectiva jurisdição.
- b) Por exigência do interesse público, os processos podem correr em segredo de justiça, podendo o terceiro, que demonstrar interesse, consultar os autos e pedir certidões de seus atos.
- c) Os atos das partes produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais. Assim, a desistência da ação produz efeito a partir da declaração unilateral.
- d) Durante os feriados não se praticarão atos processuais, excetuando-se, dentre outros atos, a prisão.
- e) Às partes é permitido reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios, desde que todas estejam de acordo.

36. No que concerne às regras do Código de Processo Civil que envolve a formação, suspensão e extinção do processo, analise as alternativas e aponte a correta:

- a) O processo jamais poderá iniciar por iniciativa oficial do magistrado.

- b) A alteração do pedido ou da causa de pedir, em nenhuma hipótese, será permitida após o saneamento do processo.
- c) O processo sempre será imediatamente suspenso, no caso de morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, ou de seu representante legal, desde que provado o falecimento ou a incapacidade.
- d) A suspensão do processo por convenção das partes, nunca poderá exceder 1 (um) ano.
- e) Extingue-se o processo com resolução do mérito, quando o juiz acolher a alegação de coisa julgada.

37. A respeito da ação civil pública, do mandado de segurança e da defesa do consumidor em juízo, indique a alternativa correta:

- a) A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro, inclusive será cabível para veicular pretensões que envolvam tributos.
- b) Nas ações coletivas que visem à defesa do consumidor, haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.
- c) É cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e de sociedade de economia mista.
- d) Em sede de ação civil pública proposta por associação constituída para a proteção do consumidor, decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória ao pagamento de quantia, sem que a associação autora lhe promova a execução, de-

verá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

- e) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos processuais.

DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

38. O direito ao envelhecimento vem tratado na lei 10.741/03 como direito personalíssimo, garantindo-se, ao idoso, a proteção à vida e à saúde. Dentre as alternativas abaixo, indique a opção correta:

- a) Não estando o idoso no domínio de suas faculdades mentais, a opção pelo tratamento de saúde mais favorável será feita pelo médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.
- b) A obrigação alimentar é subsidiária, cabendo esta obrigação na ordem que vai do descendente mais velho para o mais novo.
- c) Impõe-se, ao Poder Público, a obrigação de prover o sustento do idoso e, subsidiariamente, aos familiares.
- d) É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-se o acesso universal e prioritário.
- e) É possível o estabelecimento de cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

39. Considerando a normatização sobre a profissionalização e o trabalho do ido-

so trazida pela lei 10.741/03, aponte a alternativa correta:

- a) O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional em igualdade de condições com os demais integrantes da sociedade.
- b) Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.
- c) O primeiro critério de desempate em concurso público será o tempo de serviço público, seguido do critério da idade.
- d) O Poder Público criará e estimulará programas de preparação de aposentados para o trabalho.
- e) O idoso não tem direito à atividade profissional.

40. No que diz respeito ao tema acesso à justiça do idoso, é correto afirmar:

- a) O Poder público poderá criar varas especializadas, mas não exclusivas do idoso.
- b) Não é assegurada prioridade de tramitação nos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- c) As manifestações processuais do representante do Ministério Público não necessitam ser fundamentadas.
- d) As ações previstas na lei para proteção do idoso serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa.

- e) Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, figura como único legitimado, o Ministério Público.

41. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. É o que assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente. Acerca do tema identifique a opção correta:

- a) A colocação em família substituta sempre prescinde da oitiva prévia da criança e do adolescente.
- b) A colocação em família substituta ocorrerá independentemente do grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade.
- c) A colocação em família substituta de criança indígena se dará sem ressalvas, nos mesmos termos e condições das crianças não indígenas.
- d) Não se admite a colocação em família substituta estrangeira.
- e) É vedada a adoção por procuração.

42. Acerca das medidas de proteção à criança e ao adolescente, qual das alternativas abaixo está correta:

- a) As medidas de proteção são aplicadas sempre cumulativamente para garantir uma maior efetividade.
- b) Na aplicação das medidas de proteção, levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem à inclusão social e ao aprendizado profissionalizante.
- c) Dentre as medidas protetivas, o acolhimento familiar é medida provisória e excepcional.

- d) O acolhimento institucional, medida extrema e excepcional, deverá ocorrer em local distante da residência dos pais, para evitar o contato com motivos que determinaram a sua segregação.
- e) As medidas de proteção não serão acompanhadas de regularização no registro civil.
43. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas socioeducativas:
- Advertência; obrigação de reparar o dano; inserção em regime de semiliberdade.
 - Advertência; a prestação de trabalho forçado; internação em estabelecimento educacional.
 - Liberdade assistida; prestação de trabalho forçado; advertência.
 - Liberdade assistida; internação em estabelecimento educacional; prestação de trabalho forçado.
 - Prestação de serviços à comunidade, advertência e limitação de final de semana.
44. A respeito da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, é correto afirmar:
- O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.
 - O adolescente, apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.
 - O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 45 (quarenta e cinco) dias.
 - A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional, salvo se inexistir na comarca, entidade adequada à internação de menor.
 - A remissão como forma de extinção ou suspensão do processo, poderá ser aplicada até o início da fase de instrução.
45. No que se refere aos recursos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, indique a opção correta:
- Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, foi adotado o sistema recursal do Código de Processo Penal.
 - Impetrada a apelação, a autoridade judiciária remeterá os autos à superior instância dentro de 24 (vinte e quatro) horas.
 - A sentença que deferir a adoção será, em regra, recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
 - A sentença que destituir qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita à apelação, a qual será recebida no efeito suspensivo.
 - Em todos os recursos, salvo o de agravo de instrumento e de embargos de declaração, o prazo para interpor e para responder será sempre de 10 (dez) dias.
- PRINCÍPIOS, FUNÇÕES, ORGANIZAÇÃO, GARANTIAS E VEDAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO**
46. São, respectivamente, órgãos de Administração e de Execução do Ministério Público de Pernambuco:

- a) O Colégio de Procuradores de Justiça e os Centros de Apoio Operacional.
 - b) As Procuradorias de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
 - c) As Promotorias de Justiça e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional.
 - d) O Conselho Superior do Ministério Público e a Procuradoria Geral de Justiça.
 - e) As Promotorias de Justiça e a Procuradoria Geral de Justiça.
47. Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça:
- a) Eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público.
 - b) Indicar, ao Procurador Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos à remoção ou promoção por merecimento.
 - c) Fazer sugestões e recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução do Ministério Público.
 - d) Propor, ao Procurador de Justiça, a escala de férias de seus integrantes.
 - e) Atender a qualquer do povo, tomando as providências cabíveis.
48. A respeito do Estagiário do Ministério Público, é correto afirmar que a Lei Complementar:
- a) Estabelece que são auxiliares das Promotorias de Justiça e são nomeados pelo Conselho Superior do Ministério Público.
 - b) Estabelece que o Conselho Superior do Ministério Público disciplinará a seleção, investidura, vedações e dispensa dos estagiários.
 - c) Estabelece que são auxiliares das Promotorias de Justiça e são nomeados pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - d) Estabelece que os estagiários serão alunos dos dois últimos anos do curso de bacharelado de Direito, de escolas oficiais ou reconhecidas.
 - e) Nada fala sobre o estagiário.
49. Os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime especial. Neste sentido, encontra-se entre as garantias legais:
- a) Vitaliciedade, após três anos de exercício.
 - b) Aposentadoria compulsória.
 - c) Percepção de quinquênios.
 - d) Previdência complementar.
 - e) Só perderá o cargo por sentença judicial, transitada em julgado.
50. A respeito das vedações impostas aos membros do Ministério Público, é correto afirmar:
- a) É vedado ao membro do Ministério Público exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.
 - b) É vedado ao membro do Ministério Público exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, ainda que como cotista ou acionista.
 - c) É vedado ao membro do Ministério Público manter, sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro, ou parente até o terceiro grau.
 - d) É vedado ao membro do Ministério Público exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.

- e) É vedado ao membro do Ministério Público exercer qualquer outra função pública, salvo se estiver em disponibilidade.